214

A MARINHA ATRAVÉS DOS TEMPOS

GOA UNIVERSITY LIBRARY
This book is donated by ...

SENHOR MINISTRO DA MARINHA
SENHOR ALMIRANTE MAGALHÃES CORREIA
E SENHORES MEMBROS DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA
SENHOR MAJOR GENERAL DA ARMADA
SENHORES OFICIAIS GENERAIS
CAMARADAS: — MARINHEIROS
MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES

SUPONHO que quantos, em certo grau, tenham aquecido e perfumado o seu ser no estudo da nossa História não tenham podido deixar de extrair do maravilhoso poema dos homens em acção através dos tempos, como Postulado Maior, que o uso do mar pelos portugueses, no seu complexo de actividades, não só fecundou para todo o sempre a existência de Portugal como Nação independente, livre, como integrou com exaltação o Mundo Português na Comunidade das Nações sob vigorosa personalidade — inexpugnável baluarte de universalismo humanista.

Aquele postulado fundamental e irrecusável é contudo susceptível de comportar diferenciação em simples corolários, seus derivados, de intuitivo e exacto enunciado: a fundação da nacionalidade e a sua regular e magistral evolução é acompanhada, em harmonia, sincronamente, pelo desenvolvimento metódico, cadenciado, do poder marítimo e que em momento crítico salva no último e reduzido quarto de hora

a própria independência; o apogeu de grandeza da Pátria coincide de forma rigorosa com o esplendor e majestade nos mares; os períodos inquietantes e incertos, o afrouxamento do consciente forte da nacionalidade no senhorio dos seus destinos, nacionais e universais, acusa, em geral, olhar de soslaio para o omnipotente «inconstante...».

Se foi esta a lei geral da nossa História, se a História é a grande mestra, se a História é perpétuo recomeço, nada há ou se descortina com lógica e salutar verdade que, no momento, promova a alteração dos graníticos e morigerados alicerces da História, mesmo que se sorvam em haustos de angustioso deslumbramento as presumíveis consequências que as arrepiantes conquistas dos titãs da ciência moderna tem necessàriamente que provocar.

Estas premissas, a que sem hesitação chamei Postulado Maior e consequentes derivados da nossa História, se em linguagem pura da matemática não consentem imediatamente particular demonstração, obrigam, contudo, sem paradoxo condenável, à esplanação possível, dentro das circunstâncias, de forma categórica, imperativa.

Eu sei que o lance é difícil, porque é desde já lícito perguntar que caminho se deverá tomar para a demonstração dos postulados enunciados sem doloroso cáustico à paciência, sem condenação a penosas fadigas?

Parece-me que a única solução possível ou aceitável, a mais harmónica e que dentro das exigências ardorosas da raça possa tentar o convencimento pela razão, a persuasão pelo sentimento, será tomar simbólico fogacho e acendê-lo na chama viva, resplandecente, da História Marítima da Pátria, das suas glórias e infortúnios, grandezas e desfalecimentos, percorrer em estugado passo cronológico as suas grandes artérias, estacar aqui e além nos pontos focais, erguendo alto a chama jorrante de luz nos testemunhos da História que a sã crítica descobre e consagra na exaltação

da alma mística, aventureira e generosa das gentes do mar, e que ao mesmo tempo afague carinhosamente os períodos fugazes de queda e momentânea desesperança que a nossa História regista como é próprio da frágil contextura da condição humana na vida dos homens e até das Nações.

Desta forma meterei apressado, mas sem desfalecimento, através das estradas da nossa História Marítima, animado de fé fervorosa de um peregrino. Será pois este o rumo verdadeiro, que dentro das circunstâncias de tempo e lugar tomará a minha fala nesta sessão.

Logo nos alvores da esforçada marcha para a maravilhosa construção da Nacionalidade que o rei fundador — o Maior — sabedor, atinado e bravio, aquele que com indomável voluntariedade forjou o berço honrado, glorioso dos portugueses, sente pela vez da experiência, pela dura lei da necessidade, que a geografia continental prevista, rápida e sàbiamente realizada, tinha que ser acautelada no seu flanco marítimo e de modo a permitir às gentes acurraladas no interior das terras poderem estabelecer-se confiantemente no litoral a coberto da impiedosa razia do pirata mouro e assim usufruir tranquilamente os necessários e frutuosos bens da comunicabilidade, da exploração do comércio e das riquezas prateadas do mar.

Outra coisa não parece significar, como sentido animador do chamamento ao mar, a elegante distinção, a dignidade social que se contém no foral outorgado à cidade de Lisboa em 2 de Maio de 1179:

> «De Nauyo verdadeiramente mando que o alcayde e dous espadeleiros e hum petintal aiam foros de cavaleyros».

Não sofre solução de continuidade o fértil pensamento e acção do rei fundador, pois logo seu neto — Afonso II —

lhe sucede com a promulgação de leis marítimas cujo índice demonstrativo de nobilíssima concepção da vida e de enobrecimento das actividades do mar e do respeito pelas suas gentes merece especial meditação. Quero-me referir à extinção da estranha, mesmo infamante regra conhecida pelo *Jus Naufragi.*

Nascida com estranheza, de certo modo aparente, na luminosa Grécia, aquela lei dava direito aos senhores das terras confinantes com os litorais a posse plena dos produtos — vidas e bens — provenientes de naufrágios e que mantida pelos romanos cria raízes fundas em toda a Europa medieval dando origem, pela triste condição dos tempos, por cruel cupidez, aos engenhos mais ardilosos, às mais desconcertantes práticas, para desnortear os mareantes, fazendo enxurrar os barcos nas costas para sobre eles se cevarem na mais infrene e inclassificável rapina.

Para medir em tempo tão dignificante medida legislativa, bastará dizer que só foi seguida pela Inglaterra passado mais de um século.

É bem de ver que não foi, nem é, por sistemático pregão — moda do tempo — nem por coruscante formulário ou orquestramento de singular decreto, nem por curiosa germinação, que Portugal nasce, avança, marca e demora na História, mas antes com o mais transparente jus, a sua firme e bem fincada personalidade, inspirada vocação, doce predestinação civilizadora.

Começou com o leite puro da alma nas duras refregas para bem situar o luminoso berço de todos nós, e por isso não surpreende que tão cedo tenha descido do Alto em sublime graça — em oposição ao ultrajante tratamento concedido, no momento de maior infortúnio, aos trabalhadores do mar — a oração, em ceia de cristãos, no solar do rico, na humilde casa do pobre, mesmo nas terras onde o bramido do mar não chega, cariciosa e comovente, implorando a protecção divina «*para todos* que andam sobre as águas do mar».

É, contudo, ao sábio rei D. Dinis, escrupuloso e justo

administrador, visionário de realidades e que no Atlântico adivinha um prometedor campo de acção para os interesses da Nação e necessário bem estar da grei, que se deve a criação em bases sólidas da Marinha de Guerra, a coordenação e impulso às actividades comerciais marítimas e todos os elementos indispensáveis à constituição e logística das armadas.

Germina tão fecundamente a acção deste insigne rei, tão disciplinado e mentalmente bem orientado é o seu labor, que uma consciência nacional e marítima se vai formando acompanhando o pensamento do chefe e o prestígio marítimo dos portugueses cresce ràpidamente.

Logo seu bravo filho sabe colher com tino e arrojo os frutos daquela sábia política e grandes ensaios percursores do grande arranque para o mar se sucedem com a chegada dos portugueses às Canárias, surtidas ao Norte de África, factos que durante tempo foram mantidos em certa ou calculada nebulosidade parecem hoje històricamente bem demonstrados,

Mas é com angustiosa crise dinástica que a morte de D. Fernando gera justificadamente — esse monarca a quem se deve a mais nobre e cintilante legislação sobre o desenvolvimento e protecção do comércio marítimo, leis e disposições que envolvem o mais digno espírito cristão da solidariedade entre as gentes do mar, nos seus contigentes empreendimentos, e cujo sentido até poderia inspirar os egoistas e ávidos tempos de hoje — que ao fechar este ciclo clássico da História, a Marinha intervém decisivamente salvando em temerário lance a independência da Pátria, em momento crítico, assegurando os seus inabaláveis e imortais destinos.

Merece, então, em relâmpago, recordar o extraordinário feito.

Nomeado defensor do Reino, em concílio de corações puros e altivos «dos homens bons, dos seus maiores e

melhores prelados e aristocratas», apoiado em cachão fervente de entusiasmo pelo povo, todo este somatório de valores humanos se funde e apresta automàticamente para a luta sem tréguas que irá decidir dos destinos da Nação, do lar português, morigerado através de tantos sacrifícios e lutas. O povo, esse então, com aquele instinto maravilhoso com que sabe adivinhar os seus chefes e sobretudo nas horas incertas só quere rei português, mas só português e jamais pôde compreender que supostas leis de geografia física, fenómenos duvidosos precursores duvidosos de miragens de fácil bem-estar, ou ainda que bem estudada combinação dinástica ou episódio de consanguinidade possa alterar ou calar o instinto sagaz e adivinho — fluido misterioso que a voz do sangue impregnando a alma faz brotar espontânea e purificadamente.

Castela reage, Portugal é invadido, Lisboa a principal cabeça da resistência é cercada e apertada dentro da incompleta cintura fernandina por poderosas forças de terra e de mar; Nuno Álvares, ausente, percorre entretanto as terras invadidas, taladas, e vai sucessivamente expurgando a golpes geniais de valor aliado ao mais alto saber que a arte militar conheceu entre nós, o tenaz invasor.

O Mestre acompanhado pela população da Capital, esforços fundidos num só cadinho, opera Milagres, mas o abastecimento furtivo, à escapada, da cidade não consegue suprir as exigências a certo prazo, e assim cresce a preocupação, desenha-se em próximo horizonte o espectro da fome em que o sitiador essencialmente confia para vencer, reforçando por isso ainda mais por terra e mar o círculo de ferro à cidade.

É nesta emergência grave que o Conselho de Defesa, chamemos-lhe assim, decide que uma frota de galés force o bloqueio e ganhe a cidade leal do Porto para reunir os socorros possíveis. O lance é bem sucedido e o Porto, como sempre, tudo entrega à superior causa da Pátria; despoja-se, alaga as suas naus e galés com marinheiros e homens de

armas, atalha-as de abastecimentos e seguidamente as forças reunidas sob o comando valoroso e ânimo inquebrantável do capitão-mor Ruy Pereira, ruma em direcção a Lisboa, em formação cerrada para voltar a forçar em viva força, se necessário, o bloqueio inimigo.

O Castelhano seguramente informado aguarda no Restelo velho a frota portuguesa. Ao sinal de arrancada das naus e galés inimigas com forte superioridade numérica, o capitão-mor Ruy Pereira na vanguarda das suas naus, lança-se ao ataque da formação adversária cobrindo as suas galés que, compreendendo o lance temerário, a sacrificada arremetida e o empenho do combate, podem avançar safas, indemnes, e assim trazer à angustiada Lisboa o socorro almejado, enchendo os corações de esperança. No sangrento combate perde a vida o imortal herói Ruy Pereira e das consequências do feito deixamos a um ilustre cronista e historiador espanhol a palavra:

> «Na guerra triunfa o que consegue o resultado que se propunha; não o que ganha batalha sem consequência. Se a Lisboa não chegassem mantimentos, não se poderia prolongar a resistência; provàvelmente o rei de Castela entrava em Lisboa; diminuiria a popularidade do Mestre de Avis e os assuntos tomariam um aspecto muito diferente do que tiveram. Pensando assim, os defensores da independência portuguesa sacrificaram neste lance, parte da sua frota à salvação do que mais importava, preparando a Ruy Pereira lances imortais ao sucumbir com menos de dois mil soldados em aras da Pátria.»

A evidência do facto, a que o depoimento sereno, estratègicamente de clássica exactidão, do cronista adversário, apenas fornece, aliás redundante confirmação, demonstra substancialmente o primeiro corolário da História da Marinha que enunciei no início: a fundação da nacionalidade e a sua

regular e magistral evolução é acompanhada, em harmonia, sìncronamente, pelo desenvolvimento metódico, cadenciado pelo poder marítimo que, em momento crítico, salva no último e reduzido quarto de hora a própria independência.

E sobre esta façanha redentora vai Nuno Álvares com a sua espada flamejante, pura como brasa ardente, do maior génio militar de todos os tempos do glorioso exército português, nos plainos de Aljubarrota, estabelecer e traçar decisivamente a capacidade intrínseca da Nação para defender a própria independência.

E sobre os valores materiais, mas essencialmente humanos, acumulados nos tempos de D. Dinis e D. Fernando, a Marinha apresta-se sobre o esfíngico poder de génio do Infante de Sagres a ofertar a Portugal e ao Mundo uma nova idade, uma nova concepção de vida!

Vai então começar a escrever-se no Livro Grande da História Universal o deslumbrante capítulo do século XV, integralmente português, e porque não dizer a despeito do afortunado mas tardo despique do país vizinho a maior parte do século XVI.

À elegante e bem talhada galé veneziana, vai suceder a maravilhosa, a atlântica caravela portuguesa, magnífica de arquitectura naval e revolucionárias características náuticas; a Pátria própria, a nesga continental, vai prolongar-se pelo sulco das caravelas através de mares nebulosos por terras imensas, desconhecidas, em tenaz e progressiva penetração segundo plano metódico e cientificamente bem amadurecido por navegadores-guerreiros que ganham com louros imortais as condições geo-económicas que iriam assegurar em todas as emergências e encruzilhadas da nossa longa História as constantes permanentes da independência política; ao Mundo europeu anarquizado, em desesperança, enlouquecido por neurastenizantes temas político-religiosos e em que a teia de aranha metafísica mais aquece as paixões e exalta os espíritos, faz magnânima oferta, anunciando os clamores da

Renascença, a idade moderna e mais para além a salvação do Mundo cristão com as mais férteis e elásticas consequências para a filosofia da natureza e do espírito.

Em suma:

A maravilhosa caravela portuguesa, sob a orientação do esfíngico génio do Infante de Sagres, homem que pouco nos falou mas cuja acção tanto e tão decisivamente se sentiu, vai com os navegadores-guerreiros modificar a face do Mundo.

Constituiria tarefa ingente tocar, mesmo tangentemente, a gama de acções e ensinamentos que se contém na super-épica Era dos Descobrimentos e Conquistas, o cântico dos cânticos da nossa História.

Como quem toma de um trago este período, que atinge a transcendência das possibilidades humanas, para saciar os exigentes ardores da alma, só me permitirei dizer que jamais — passe o que tiver de passar-se — a grande família dos navegadores poderá correr o maciço continente africano e montar o Cabo da Boa-Esperança sem evocar Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, jamais se poderá aportar a quaisquer terras da Índia sem reviver o génio militar e político de Francisco de Almeida e Albuquerque, as lições e virtudes do sábio e guerreiro Castro e ninguém poderá visitar ou sentir pulsar o Brasil sem esquecer o valor do destemido e capacíssimo Álvares Cabral e dos seus continuadores, dos marinheiros, dos aventurosos e galhardos bandeirantes e dos apóstolos de fé cristã que lançaram as bases da estrutura do magnífico Império sul-americano que será hoje e sempre fogueira de permanente brilho, o farol mais resplandecente do valor dos portugueses, dos seus marinheiros...

No curto espaço de dois reinados já era difícil sulcar quaisquer mares do Globo e aportar às mais diferentes terras de continentes distantes sem encontrar no litoral padrões, muralhas, obras de arte, que afirmassem pela sua presença

potencial — testemunho — o esforço sobre-humano talhado pela espada dos navegadores-guerreiros, praia ou morro que não tivesse absorvido gotas de suor e sangue de um marinheiro ou soldado, vereda ou adusto caminho onde não houvesse traço ou rasto de um português e nas terras mais inacessíveis e hóstis o santuário, a cruz dos missionários evangelizadores, santos e mártires da fé, da moral cristã ..

Mas se quisermos ter uma ideia, um conceito específico, que sintetize o valor humano, a grandeza e mérito das acções dos navegadores-guerreiros deste épico período que linguagem adoptar, mesmo dentro da nossa elástica, rica e sonora língua?

Lembro-me que o marinheiro e mestre insigne Fontoura da Costa — benemérito da investigação, da cartografia e marinharia dos Descobrimentos — só encontrou uma fórmula original, uma imagem hiperbólica capaz de acalmar a ardência do seu sufocante sobressalto ante a grandeza das façanhas dos descobridores e que foi dirigir-se em arrebatamento ao espírito de Diógenes, aquele célebre e contundente filósofo grego que dizia não ter encontrado homens na helénica terra de sábios e só crianças em Sparta, dizendo: «levanta-te Diógenes, anda ver homens, os descobridores...»

Eles eram efectivamente como se o mar lhes tivesse entrado pelas órbitas inundando-lhes a alma para aí depositar misteriosa dádiva que com prodigiosa fertilidade fecundasse uma escala de valores humanos correspondentes ao incomensurável poder do seu rítmo dinâmico.

Mas se com justa razão a História é considerada um rumo da filosofia que ensina os homens pelo exemplo e pelos factos, o modo mais conveniente pelo qual, quer considerados individualmente, quer colectivamente, constituindo as Nações, eles se devem conduzir em todas as situações da vida privada ou pública «se ignorar tudo que se passou antes dos nossos dias (dizia Cícero) seria equivalente a nunca passar da meninice «*nescire quod antequam si acciderit, id est tanquam puerum essse*», seja-me consentido rápido parêntesis mera interpolação, para procurar estabelecer se existe qualquer paralelismo, ponto de contacto, e até extraír possìvelmente algum ensinamento entre algumas das grandes consequências do movimento português na Era dos Descobrimentos e as fórmulas ou tendências que nos incertos e desconcertantes tempos de hoje se parecem enunciar timidamente frente à actual conjectura do Mundo.

Parece assente que o berço da Humanidade e o ponto de partida do seu desenvolvimento foi o Oriente. A exuberância da população de certas regiões tem sido causa de grandes movimentos de povos que, segundo leis incontroláveis, afluem em vagas torrenciais aos lugares onde o Sol se lhes oculta.

Ora pelo dealbar do século XVI, depois da queda de Constantinopla, o império otomano pela crescente marcha triunfal dos seus excelentes e bem adestrados exércitos apodera-se de todo o império bizantino, da Síria, da Albânia, ameaça de morte a Polónia, a Hungria e a Áustria, e vai até levantar o ânimo enfraquecido dos árabes em toda a costa do Norte de África. O Mar Negro é um lago turco.

A simples análise linear, sem necessidade de recorrer a especiais conhecimentos da estratégia, das posições firmemente ocupadas pelo império otomano permite reconhecer o fecho de toda a comunicação dos europeus com o Oriente. A Ásia poderosa e agressiva com a posse definitiva do Oriente europeu cria as condições geo-económicas para com justificada esperança receber ou promover a submissão, a vassalagem económica da Europa ao majestoso império do seu poder.

A esta aflitiva e dolorosa situação o Mundo Cristão só responde, só consegue oferecer um espectáculo desolador: «não há dois países que se entendam sinceramente, quase todos se debatem em terríveis querelas ciumentas e ninguém quer ver os perigos mortais que espreitam cada vez mais a cristandade que em sombria renúncia quase reconhece que só lhe resta o caminho do entendimento estrangulador com o

turco, com a enganosa esperança de poder manter o seu nível de vida».

E é dentro deste crepuscular panorama que a pequena mas maravilhosa caravela do Infante de Sagres, antecipando-se ao período angustioso da Europa, apontando o caminho, vai provocar que, por escalões sucessivos, as frotas de caravelas dos navegadores-guerreiros atinjam e se estabeleçam sòlidamente na Índia e Portugal assuma o senhorio dos mares. A varredoura do comércio marítimo turco-árabe dos mares orientais e o subsequente desvio para o Atlântico, transforma efectivamente Lisboa no empório e entreposto comércio do Mundo, mas em efémero proveito próprio pela congénita falta de jeito dos portugueses à concepcão da vida com carácter exclusivamente mercantilista, e dali irradiando para toda a Europa permite afastar dos seus povos o espectro de fatal vassalagem ao turco, abrindo-lhes confiança de viverem em liberdade a sua própria vida com a manutenção dos seus eternos bens morais e delicados perfumes do espírito.

O poder material do otomano acusa o toque, a ferida no seu principal flanco de alimentação ao círculo de ferro com que oprime a Europa obriga-o a abrandar a pressão e acções ulteriores, longas e porfiadas lutas, fazem-lhe abandonar a cobiçada presa, para todo o sempre, o prometido festim no corpo e alma da cristandade — a profanação da Roma eterna! No quadro das grandes consequências históricas e sob o ponto de vista europeu e cristão — hoje chamar-lhe-ia de civilização ocidental — o movimento das caravelas portuguesas até à meta indiana constitui, de per si, poderosa contribuição para salvar a Europa da tutela, da subordinação económica que irremediàvelmente a levaria à morte política.

Assim pensa e diz Raynal na sua *História Filosófica das Índias*, «que se não fora o tal domínio ter-se-ia de novo apagado e talvez para sempre o facho da liberdade da Europa, pois isto seria inevitável se os ferozes vencedores

do Egipto não fossem contidos pelas expedições dos portugueses».

Permiti-me este rápido parêntesis para destacar que, sobre o feito português e as suas consequências libertadoras da Europa, se passam pouco menos de cinco curtos séculos, mas se a História é mestra, se a História é perpétuo recomeço, embora introduzindo nos valores equacionados dados de fácil adivinhação, deixo à meditação e límpida consciência de quantos, certas realidades da hora ou se quisermos da vigésima quinta hora do presente.

Mas reabrindo o parêntesis para retomar o fio da linha geral e galopante do pensamento e achegar-se à prometida conclusão, pode já dizer-se que apenas passado meio século da chegada de Vasco da Gama à Índia achava-se completa a imensa cadeia, tecida pela milícia dos navegadores-guerreiros, alimentada pelo breviário e a cruz, que ligando cidades e portos e estações comerciais formavam aquele vasto domínio que desde o litoral africano, ilhas atlânticas, Arábia e península cisgangética se estendia até Malaca, à China e ao Japão; enquanto que no Ocidente Atlântico demorava ao longe o fecundo e prodigioso Brasil. Posso assim, creio, enunciar neste ponto o segundo corolário que tomei: o apogeu e grandeza da Pátria coincide de forma rigorosa com o esplendor e majestade nos mares.

Mas se não há dúvida que a rápida formação do Império se deve e é função imediata do valor incomensurável dos navegadores-guerreiros parece, desde já, lícito dizer que se por um lado a sustentação daquele seria sempre difícil tendo em conta a enorme desproporção entre os recursos da metrópole e as compreensíveis exigências do imenso e longínquo domínio, por outro a sua estruturação jurídico-política excessivamente rígida — monopolização do comércio e navegação — iria gerar instantâneo nascimento de preocupações rudes.

Com efeito, o mouro fortemente estabelecido nas terras do Império, sentindo os profundos golpes assestados certeira-

mente nos tentáculos com que, como temível radiolário, prendia e sugava todos os interesses vitais dos fleugmáticos povos indianos, apresta-se a mover ardis e sombrias intrigas contra o domínio português, sempre animado pelo desejo de desforra das armas vencidas e irredutível antagonismo de crenças.

À conspiração permanente dos tenazes sectários de Mafoma irão ainda em curto prazo a juntar-se como aliados, embora por conta-própria, novos concorrentes europeus embandeirados em modernas concepções de direito universal, para possivelmente melhor justificar os assaltos mais impúdicos contra os navios portugueses em torna-viagem, o que obriga as armas portuguesas a um estado de luta constante ou permanente aberta nos mares e terras do nosso brilhante mas frágil e por isso efémero Império.

E como diz um notável marinheiro «de então para diante não menos se oferece à admiração universal a destemida resistência com que a Marinha faz frente a esses povos do Norte que tumultuosamente infestam as nossas possessões e infestam os nossos mares a pilhar as naus da Índia e do Brasil e cujo valor guerreiro em número de unidades e apetrechamento é inferior ao dos atacantes porque precisa frisar-se, a Marinha suporta ao mesmo tempo a avidez desenfreada da própria Nação pelo tráfico das especiarias que torna cada vez mais precária a solidez das construções, de aparelhagem e armamento, até à própria união no mar, e portanto a segurança dos navios e vidas.

Mas através de todas as vicissitudes, incluída a perda de independência, a Marinha resiste sempre e mantém sempre a expansão colonial que justifica a continuidade histórica da Pátria Portuguesa».

Na História não há solução de continuidade e nesta obediência não fugirei, como a intimidade do próprio ser exigiria, à passagem pelo horrível pesadelo de seis dezenas de anos em que Portugal sofreu o eclipse da sua vigorosa personalidade jurídica, com demora de escassos minutos e

até porque o cáustico descongestiona e depura a verdadeira redenção só surge após o sacrifício, purificador calvário...

Quando Portugal submerge nas trevas da independência era ainda forte a sua potencialidade nos mares. Bastará considerar que não só Lisboa ocupava o primeiro lugar entre os centros navais como referenciando-nos ao reinado de D. Sebastião, quando da sua passagem para a infeliz e agoirenta jornada norte-africana, foi possível reunir oitocentas e trinta embarcações, todas portuguesas, sem deixar abandonadas as navegações da Índia, S. Tomé, Cabo Verde, Brasil, Terra Nova e outras partes.

Ora todo esse ainda e esplendoroso poder marítimo iria ser comprometido nas lutas do sujeitador, inteiramente estranhas aos desígnios, obrigações ou interesses portugueses. O desastre da armada invencível, o calamitoso naufrágio da frota de D. Manuel de Meneses, que levou para os abismos com imensos bens materiais, irrecuperáveis valores humanos, dois mil homens que constituiam a flor da Marinha, marcam negro ponto da nossa História Marítima.

E é dentro deste quadro desesperador que a Marinha escreve em todos os mares páginas de valor tal que, dentro das circunstâncias, igualam e até superam aqui e além a época da vertigem da glória.

Mas quisera não só neste momento, mas em justa razão e integral verdade em todos, dar a palavra ao nosso sempre consagrado, o Maior, mestre da arte militar marítima moderna que continua sendo o vice-almirante Botelho de Sousa, marinheiro de sabedoria, altíssimo espírito, que em escrupuloso trabalho próprio, apaixonado e benemérito, nos ofertou, através dos seus famosos *Subsídios para a História Marítima da Índia* e outras não menos notáveis publicações, páginas maravilhosas dos marinheiros da época, arrancando do afrontoso olvido figuras gigantescas, que situo ao redor de Nuno Álvares Coelho, que no Oriente e em todos os mares em múltiplas acções navais, imaginário quadrado de frotas, defenderam com o estoicismo dos grandes o Império Português,

conseguindo feitos navais vitoriosos com galhardia e valor jamais excedido em qualquer tempo da nossa História.

Mas se a sorte no Oriente já estava lançada, diante da felonia como que aproveitando a maré de desfavor adversários de todos os credos e cores se precipitam sobre o colosso português — que levou o padre Manuel Godinho a dizer «que se o Império não acabou por expirar naquela época foi porque não achou sepultura capaz da sua grandeza» — no Brasil a despeito da ocupação por estrangeiros de grandes territórios, a tenaz resistência dos marinheiros, onde avultam na testa das acções os descendentes Mem de Sá, o «Albuquerque dos Mares do Sul», colonos, bandeirantes e naturais iria em breve, na Restauração, fazer rude ajuste de contas, libertando, solidificando as terras do Brasil e torná-lo ao mesmo tempo base do contra-ataque, da reconquista.

Efectivamente, quando Portugal toma a sua irredutível personalidade como Nação livre — a despeito dos golpes devastadores sofridos em todos os sectores da vida nacional e essencialmente na sua famosa Marinha e esplendoroso comércio — é ainda através do aproveitamento dos magros e dispersos restos dos seus bens navais e da apurada têmpera dos homens, dos marinheiros, que os irão tripular, que a Marinha vai impedir a derrocada do Mundo Português, mêsmo possível apagamento do seu augusto nome, em luminosa obediência à prática visão das dolorosas realidades do momento e que se resumiam então em salvar essencialmente o Brasil e terras africanas atlânticas, limpando-as de usurpadores cruéis e cupidos por lá estabelecidos.

Culminam, com estrondoso êxito, os objectivos momentâneamente procurados; a expedição marítima de Salvador Correia de Sá e Benevides vai abrir através de um audacioso mas bem meditado golpe o caminho à libertação do Brasil, recuperar Angola e S. Tomé, resolvendo pela linguagem firme das armas o que a diplomacia, que por negociações

directas com o usurário usurpador, quer por manhosa táctica dilatória, na observância dos acontecimentos, pretendia colher.

Jamais será suficientemente exaltado aquele fecundíssimo feito nos destinos da Pátria Portuguesa, pois se o objectivo procurado falha ou tropeça não só o Brasil dificilmente se tornaria a nossa coroa de glória, como se Angola sofresse sensível mutilação ou se escapa das mãos, é muito presumível que, como acontecimentos ulteriores, quase dos nossos dias, exuberantemente parecessem esclarecer, o império africano seguisse sorte idêntica ao do Oriente.

A despeito deste prodigioso arranque e das suas férteis e retemperadoras consequências, as feridas recebidas no poder marítimo português, eram no seu conteúdo intrínseco de desesperada gravidade e que sendo ainda acrescidas pela rápida ultrapassagem de outras nações europeias que despertam com decidida vocação e sólida orientação para as actividades gerais do mar, suscitam tal desalento, provocam passo tão cambaleante, que o seu esmagador efeito se prolonga por largos tempos em fora.

Nada melhor poderá exprimir este desalento, notório olhar de soslaio para o mar, deserção das obrigações que as constantes da geografia ultramarina ditam que as palavras, conforme nos revela o sábio historiador, visconde de Santarém, dirigidas por um embaixador de certa potência estrangeira acreditado em Lisboa no século XVIII ao seu governo, ao dizer que «em Portugal havia apenas doze navios de guerra estacionados no Tejo, o que era para lastimar que uma Nação que se cobriu de glória, abrindo aos outros povos da Europa caminhos desconhecidos, pelos quais enriqueceu o comércio desta parte do Globo, se achasse em tamanha decadência».

Como mero esclarecimento deve dizer-se que o comentário doloroso, mas respeitador, que se acaba de citar se deve referir essencialmente à frota metropolitana, porque em

todos os mares mantivemos sempre esquadras autónomas de maior ou menor vulto, conforme as exigências do xadrez político.

Efectivamente nos séculos XVIII e XIX não se colhem na vida da Nação ventos propícios para evitar o declínio do poder marítimo embora seja de salientar na ponta final do século XVIII o esforço consciente, notável e voluntarioso de Martinho de Melo que através de tenaz e profícua administração consegue momentâneo engrandecimento da Marinha não só pela construção de numerosos navios de guerra de todas as classes, como pelo rejuvenescimento de todos os orgãos administrativos, incluindo a própria instrução de oficiais e marinheiros.

É ainda neste período extraordinàriamente movimentada a acção da Marinha em todos os mares, conforme o interesse português assim o exige, quer na defesa das terras do Império, quer com irrepreensível comportamento em companheirismo de armas com o nosso aliado de sempre e ainda na protecção de maciços combóios mercantes contra ataque de corsários e de piratas argelinos que ainda medravam com forte poder nesta época, como verdadeiro flagelo dos mares.

«É que enquanto os lenhos do Indostão cosidos com os da Negrícia flutuavam por mares distantes constituindo só eles o poder marítimo, Portugal consegue ombrear e preponderar. A passagem da madeira para o ferro e a passagem da vela para a máquina, é que lavram para a Marinha fatal sentença.

Submetida à escassez de armamentos a Marinha prossegue contudo em constante actividade a prestar ao país os mais relevantes serviços.

É ela o elemento primordial e incansável que nas colónias — no mar, nos rios, em terra, no interior até — subjuga, pacífica, ocupa e civiliza, administra e governa e em todas

as grandes campanhas da Guiné, de Angola, de Moçambique, da Índia, toma lugar proeminente.

....

«É formidável a sua obra colonial — operações de soberania e operações de fomento: a hidrografia, a geografia das delimitações, as explorações do sertão, a metereologia, a farolagem, a balizagem, os serviços dos portos e das pescas, toda a fiscalização das águas marítimas e interiores.

Descobre e levanta os planos de barras e rios, desvenda e corografa as redes fluviais.

....».

«À repressão da escravatura não pôde dar a Marinha mais humanitária e generosa persistência por tão largos anos, em caça aos navios negreiros, nos pequenos esconderijos das costas, nos numerosos coios moçambicanos, travando lutas sempre arriscadas com os esclavagistas índios, com os próprios traficantes negros.

E se assim tem sido nas Colónias, também na Europa é incontroversa a extrema dedicação da Marinha em todos os ramos que lhe pertencem.

Ainda há pouco o seu prodigioso labor na guerra mundial de 1914-1918, tão duro e cheio de perigos como brilhante de sacrifícios e de glória está à vista imperecível na alma da Nação e se mais não conseguiu fazer foi por que não tinha com quê. *(Almirante Afreixo)*.»

Da Marinha do tempo em que vivemos, do seu notório desenvolvimento e das suas acções ao serviço da Nação, não me compete falar dentro da obediência ao império das regras gerais do mar. Pertence à consciência da Nação dar justo balanço de contas e com o rolar dos tempos à História formular o seu juizo definitivo.

Senhor Ministro da Marinha:

Constitui conceito desbotado ou pelo menos *casus* doutrinário amarelecido, tal o seu geral conhecimento, sobretudo no tempo em que a própria sabedoria se oferece quase sob a forma de comprimidos fàcilmente digeríveis, que a conquista definitiva do espaço aéreo e até para além trouxe consigo as mais sedutoras vantagens vitais e simultâneamente as mais dolorosas provas para a Humanidade. À guerra promoveu, em natural consequência, o seu alargamento geográfico e étnico o que equivale a dizer: totalidade; no campo do Direito Internacional deixou para trás, em mortal esquecimento, a guerra como relação de Estado para Estado para dar lugar de forma imparável á guerra de povos, de gentes, com franco regresso às impiedosas fórmulas da antiguidade clássica.

Por outro lado as delirantes conquistas dos titãs da ciência moderna autopsiando, com incontroláveis consequências, insondáveis segredos da «Criação» ameaçam enlouquecer o nosso planeta e intrometerem-se até com a situação e leis do seu movimento no espaço. Na Humanidade atormentada assiste-se a uma velada de angustiosa expectativa onde pendularmente paira em «fria» passagem na vertical, ora uma esperança de serena justiça, propício e perdurável bem-estar através de dignificante entendimento entre os homens, ora presumível salvação mas com passagem, depurador castigo, pelo incêndio, sufocação e incineração de vidas.

No Mundo Português colhem-se os frutos ubérrimos de uma concepção civilizadora, universalismo humanista, que não resulta de gritante improviso mas da observação gradual, desde o nascimento na nacionalidade da insubstituível, única, noção de dignificação do homem e da igualdade do género humano, conforme o proclamou o maior apóstolo da cristandade que «não conhecia, nem gregos, nem bárbaros, nem senhores, nem escravos».

À injuriosa descriminação racial opusemos, ontem e sempre, o respeito recíproco das gentes, a formosa lei de semelhança.

E nada parece demonstrar com mais exuberante objectividade o nosso superior conceito civilizador que no tempo em que a força como Evangelho mal consegue disfarçar a sua eloquência, a arrogância do rico espreita através de ténue e bem tecido véu, o poder arbitrário do forte se reveste de verniz fàcilmente solúvel, o Mundo Português, a despeito das mais imprevistas ressacas, enervantes inquietações, mantém-se sob o signo humaníssimo — *Não matarás.*

E todo este positivo tesouro de incalculável valor e alcance humano, longe de provocar perigosa sonolência, paragem, doentia confiança ou desvio de atenção às cortantes realidades que impendem a prumo sobre nós, foi gerado na magra nesga continental e essencialmente levado através dos mares e mantido em terras imensas pela acção valiosa de duas milícias: uma de navegadores-guerreiros, marinheiros; outra religiosa, ambas eficazes, ambas beneméritas e que sem sensível solução de continuidade chega intacto aos nossos dias.

Pois bem: a despeito da nova idade da ciência e da técnica, o mar, o omnipotente «inconstante» continua igual a si mesmo na influência dominadora, acção proeminente, sobre os nossos próprios destinos; o testamento do Infante de Sagres mantém-se invariável como a grande «constante», parâmetro imutável da unidade, sustentação e progresso do Mundo Português.

Pode mesmo dizer-se que o mar jamais foi tão olhado, tão requerida a necessidade de especiais cuidados, para a existência e prosperidade da Nação e até como efectiva obrigação internacional, dentro da interdependência, solidariedade de interesses materiais e morais que, se quisermos

sobreviver, tem que ser mantida pelos povos da comunidade universal.

Presidis, Senhor Ministro, com expressiva nobreza, com incontestável sabedoria, prudência, clarividente bom-senso e até aquela equilibrada tolerância que é índice característico, «particularidade» de meio marítimo, à grande, firme e galharda família dos marinheiros, das gentes do mar, no seu complexo e vasto campo de actividades.

O vosso consciente forte e sadio de marinheiro, cega fidelidade aos inapagáveis e indestrutíveis forais administrativos da Marinha — campo de batalha tradicional e fecundo das nossas actividades — constitui penhor seguro que não poderá haver recuo, nem desvio, que toque o somatório; Marinha — e antes se criará progressivamente base de partida, cada vez mais sólida, para mais além e assim podermos, confiantemente, corresponder, em escala apropriada de valores e responsabilidades, às exigências sempre momentosas, da vida Nacional e Internacional.

....

E ao terminar, creio, como Maior Dever, comungar em pensamento com todos os portugueses d'Aquém e d'Além Mar, pois estou certo de que o seu firme consciente fará ouvir, sobrepondo-se à minha fala, unísono e decisivo brado

«PÁTRIA E MARINHA
CONSTITUEM UMA SÍNTESE,
UM TODO INSUPERÁVEL».

Joaquim Quelhas Lima
(Capitão de Fragata)

TIPOGRAFIA PROGRÉDIOR
Rua do Bonjardim, 437-A
— PORTO —